

Dívida externa sob controle

MAIR PENA NETO

Foto de Sergio Amaral - 21/9/95 - e de Arquivo

O Brasil não pode, unilateralmente, renegociar o estoque da dívida externa sem motivações internacionais pertinentes. Se fizer isso, vai dificultar mais ainda sua captação externa. Essa é a avaliação do economista e ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central (BC) Carlos Thadeu de Freitas, que considera que a dívida externa está sob controle porque existe financiamento para o Brasil.

Para o economista, a dívida externa não assusta como no fim da década de 70, quando tinha crescido muito e era em grande parte de curto prazo. "Parte da dívida é devida a bancos (curto prazo) e outra parte, a vários investidores. Ela não assusta desde que o Brasil consiga ir renovando as captações externas com investidores", assinala.

A dívida seria preocupante, de acordo com o economista, em momentos de crises internacionais. Em janeiro do ano passado, quando o Brasil mudou o regime cambial, poderia ter acontecido uma fuga de recursos. "Nos momentos de anormalidade, pode haver fuga de capitais e o Brasil ser obrigado a voltar a renegociar sua dívida externa."

Carlos Thadeu lembra que o Brasil, a Argentina e o México tiveram que renegociar suas dívidas externas em 1980 porque os mercados financeiros internacionais secaram. Mas hoje o Brasil tem financiador externo e está recebendo investimento direto. "Se o Brasil quiser renegociar sua dívida externa, o investimento direto pode secar. A empresa que investe ficará com medo de não poder fazer mais tarde sua remessa de lucros, dividendos e royalties. Uma renegociação unilateral afugentaria também o chamado dinheiro bom, para comprar empresas e gerar empregos."

O economista afirma que esse investimento não é o melhor, voltado a atividades exportadoras, "mas é um dólar que entra e não tem cronograma de saída rápido". Com a conjuntura de hoje, em que o país consegue financiar o déficit de conta corrente pelo investimento direto, ele aposta na manutenção da atual política. Carlos Thadeu ressalta, no entanto, que o país não pode contar com esse investimento direto para sempre, tem de aumentar as exportações e substituir importações.

O ideal seria se o Brasil pudesse diminuir sua dependência externa, tomando menos dinheiro emprestado. Só que, como lembra Carlos Thadeu, de 1995 a 1999 o déficit em conta corrente cresceu muito em função da taxa de câmbio sobrevalorizada. "Se nossa dependência externa não tivesse aumentado tanto de 1995 a 1999, nossa situação seria mais tranquila. O Brasil estaria com taxa fluante de câmbio e pagando prêmio de risco menor."

Ele recomenda cuidado na abertura cambial, pela necessidade que o país tem de captar anualmente US\$ 50 bilhões (US\$ 20 bilhões para o déficit em conta corrente e US\$ 30 bilhões de amortização) para fechar seu balanço em dólares. "Já que o Brasil não emite dólares, tem que fechar balanço captando."

O Banco Central pretende flexibilizar mais os movimentos de capitais, já que o regime de câmbio fluante exige capitais mais livres. Carlos Thadeu considera a iniciativa louvável, mas defende alguns cuidados por causa da amortização do principal da dívida. "Hoje o BC tem controle nesta área. Bancos e investidores não podem retirar dinheiro na hora que eles querem. É importante não permitir uma saída do principal a qualquer momento, mas só o que estiver regido no contrato, para evitar fuga de capitais na anormalidade", defende.

O cenário que o ex-diretor da Dívida Pública traça é otimista, embora apoiado em várias condicionantes. "Se continuar com dados positivos de entrada de investimentos diretos, se aumentar o saldo da balança comercial, se não deixar o real ficar sobrevalorizado de novo, e se continuar contando com financiadores externos, o Brasil pode voltar a crescer sem ter de renegociar a dívida externa e sem ter maiores preocupações com sua dívida pública interna."



O CUSTO SOCIAL

De 1995 a 1998, país transferiu aos credores US\$ 128 bilhões (R\$ 233 bilhões). Isso daria para:

- Cobrir por 106 anos o rombo da previdência, estimado pelo governo em R\$ 2,2 bilhões no caso do aumento do salário mínimo para R\$ 176
- Cobrir por 12 anos o déficit de R\$ 19 bilhões que o governo diz ter tido com o pagamento de R\$ 67 bilhões com aposentadorias em 1997
- Investir R\$ 58 bilhões ao ano, durante quatro anos, para erradicar a pobreza
- Construir mais de 15 milhões de moradias populares, em lotes de 200 metros quadrados, ao custo unitário de R\$ 15 mil, o que eliminaria o déficit habitacional no país
- Assentar 5,8 milhões de famílias de agricultores ao custo de R\$ 40 mil cada uma, o que acabaria com os sem-terra no Brasil



FAZENDO AS CONTAS

- R\$ 516 bilhões - dívida interna do governo (municípios, estados, União e Banco Central). Equivale a 47% do PIB. Do total, R\$ 432 bilhões são dívidas do governo federal
- US\$ 241,2 bilhões - dívida externa (dezembro de 1999). Isso corresponde à média de US\$ 6 mil (R\$ 11 mil) para cada chefe de família. Como a dívida externa do governo corresponde a 41% da dívida total, a dívida externa média de cada família cai para aproximadamente R\$ 5 mil.
- Dessa dívida, US\$ 212,6 bilhões eram dívidas de médio/longo prazo (superior a um ano). R\$ 28,6 bilhões eram dívidas de curto prazo.
- Dívida externa equivale a 42% da riqueza que o Brasil produz durante um ano - ou cinco anos de nossas exportações, ou seis vezes as reservas em moeda estrangeira do Banco Central em março de 2000.

Perfil da dívida

(US\$ milhões)

Discriminação	1998	1999	Mai/2000
Dívida de médio e longo prazos	215.215	214.076	204.650
Setor público não-financeiro	91.984	97.363	88.491
Setor privado	123.231	116.713	116.159
Dívida de curto prazo	26.429	27.392	26.696
Setor público não-financeiro	3.383	3.318	3.682
Setor privado	23.046	24.074	23.014
Dívida externa total	241.644	241.468	231.346

Fonte: Banco Central

Indicadores setor externo (%)

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	julho 2000
Juros/Exportações	-17,54	-19,21	-19,61	-23,36	-31,60	-29,48
Dívida externa/Exportações	342,44	376,85	377,40	472,77	502,08	452,16

PERGUNTAS QUE FICAM

De 2 a 7 de setembro, o Plebiscito Nacional da Dívida Externa vai questionar:

- O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional?
- O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?
- Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Ruptura não seria absoluta

Reduzir o estoque da dívida externa e impedir que captações sejam feitas em condições desfavoráveis ao país são as linhas mestras do movimento pela revisão do endividamento brasileiro.

As moratórias passadas que reduziram o crédito para o país não assustam os defensores da renegociação, que apostam na possibilidade de um desenvolvimento real da economia brasileira. "Não se trata de uma ruptura absoluta. Vamos ter um enfrentamento com os interesses financeiros para que o lado real da economia do país cresça", diz Reinaldo Gonçalves, da UFRJ.

O que o movimento pela renegociação da dívida quer saber é quem são os credores, os devedores, quais as condições da dívida, tanto de tempo quanto de custo, e quais os instrumentos de endividamento. "O Brasil é caça fácil para os predadores internacionais. Queremos acabar com esses instrumentos que favorecem os ataques especulativos", prega o economista da UFRJ.

O primeiro fundamento da renegociação é reduzir o estoque da dívida. Isso é cláusula pétrea da campanha internacional do Jubileu 2000 por um milênio sem dívidas. Já foi reconhecido que a dívida externa de muitos países é

impagável e os deixa em trajetória crônica de instabilidade. O grupo dos sete países mais ricos (G7) já criou mecanismos de redução do estoque da dívida pública de alguns países.

"A negociação que Malan e Fernando Henrique fizeram foi prejudicial aos interesses brasileiros. Foi eleitoreira e atendeu aos interesses do sistema financeiro internacional. Queremos revisar isso", afirmou Reinaldo Gonçalves, referindo-se ao acordo da dívida firmado em abril de 1994.

O segundo ponto da mudança nas contas externas é impedir que o setor privado brasileiro capte recursos em condições prejudiciais ao interesse do país. O Brasil tem hoje um custo de captação de recurso externo dos mais elevados do mundo. Está pagando um *spread* maior que a Colômbia, país envolvido em sérios conflitos internos.

O risco Brasil é alto pelo seu nível crítico de endividamento. As agências de avaliação colocam o Brasil nos mais baixos dos 17 níveis. Cada nível tem nota 0,6. A nota do Brasil na Standard & Poor's é 3,5 e na Moody's, 3,0. O principal indicador observado pelo Banco Mundial e pelas agências é o estoque da dívida sobre as exportações.

"O Brasil perdeu o controle

desses indicadores durante o governo Fernando Henrique", afirma Reinaldo Gonçalves. Os números, de fato, não são favoráveis. Os juros sobre exportações estavam em 17,54%, em 1995, e hoje estão em 29,48%. "Imagine um cidadão que ganha R\$ 1 mil. Todo mês eram retirados da renda dele R\$ 170. Hoje se retiram R\$ 290."

A dívida externa sobre as exportações correspondia a 342,44%, em 1995, e hoje chega a 452,16%. Isso significa que a dívida externa era 3,4 vezes as exportações e subiu para 4,5 vezes esse ano. "Vamos renegociar estes títulos com pagamentos de juros absurdos. O Brasil lança *global bonds* como se fosse grande negócio, mas é um crime, pois oferece um *spread* brutal", condena o economista.

O objetivo da renegociação é mostrar que o balanço de pagamentos (espécie de contabilidade geral das trocas com o exterior) deve ser menos vulnerável do que é. "O mundo vai ver que estamos mais sérios e fortes e não vai deixar de emprestar para a gente", aposta Reinaldo Gonçalves. "O Brasil já fez moratórias de desespero em vários momentos e nunca deixou de entrar dinheiro. Vamos fazer uma negociação com visão de longo prazo e não pegando dólar a qualquer custo." (M.P.N.)